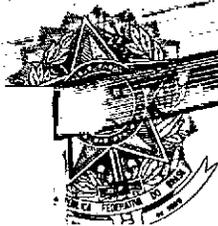


Declaração
de Nova Iorque
perante a 40.^a Assembléia
das Nações Unidas

O Brasil
não aceita
a fome
nem negocia
a liberdade



Presidente José Sarney

Discurso
do
Presidente José Sarney
na ONU

Presidência da República

BIBLIOTECA

COLEÇÃO CINCO PONTOS
VOLUME 3

Sarney, José, presidente do Brasil, 1930 —

O Brasil não aceita a fome nem negocia a liberdade; declaração de Nova Iorque perante a 40ª Assembléia-Geral da Organização das Nações Unidas. Brasília, Presidência da República, 1985.

48p.

I. Brasil — Presidentes — Discursos. 2. Brasil — Política e Governo — Discursos. I. Brasil. Presidência da República. II. Título.

CDD 320.981

Discurso
do
Presidente José Sarney
na ONU

Seguido de um
pequeno glossário de
nomes, instituições e
fatos citados



1985

O Presidente José Sarney abriu com este discurso o Debate-Geral da 40.^a Assembléia-Geral da Organização das Nações Unidas, dia 23 de setembro de 1985, na sede da ONU, em Nova Iorque, perante os delegados dos países-membros da Organização.

Este pronunciamento do Presidente José Sarney na abertura da 40.^a Assembléia-Geral da Organização das Nações Unidas, dia 23 de setembro de 1985, em Nova Iorque, reveste-se de extraordinária importância, na abordagem dos grandes problemas que afligem os nossos tempos. Conclama todas as nações a uma reflexão mais profunda sobre os males que enodoam a Humanidade — a fome, o racismo, a miséria social, a corrida armamentista, a dívida externa, o distanciamento entre os homens...

A Declaração do Brasil na ONU pugna pela erradicação desses males. Enquanto eles não forem banidos da face da Terra, o Homem não fruirá liberdade verdadeira, a sociedade não será justa, e o Mundo não verá o amanhecer, que será «mais noite que a noite», como cantou o Poeta no Sentimento do Mundo.

Esta Declaração de Nova Iorque é peça de soberana simplicidade que coloca o Brasil, o seu Povo e o seu Presidente à altura do destino que a História lhes reservou e que vem sendo edificado em meio a grande luta.

Com a Declaração de Nova Iorque, confirma o Brasil sua posição de independência, equilíbrio e soberania compatível com o espírito de entendimento que conduz o povo brasileiro na sua alma por natureza cordial.

O tom destas palavras está em absoluta sintonia com o espírito de respeito mútuo entre os homens e as nações, coerente com a observação de Gandhi: «nunca cheguei a compreender como pode alguém sentir-se honrado ao ver um irmão humano humilhar-se em sua presença».

Os governantes destacam-se em geral, e entre outros pontos, pelos seus atos de justiça ampla, a benevolência e a paciência com que guiam os passos da comunidade que dirigem. Particularmente também pelas ações em favor do bem-comum da pátria e da Humanidade.

Para a formulação desses passos, porém, apresenta o homem público o seu compromisso em palavras que são forma e forma da palavra empenhada.

Este é o sentido da Declaração de Nova Iorque.



■ «Que tempos de viver-se!»

Bandeira Tribuzi,
ROSA DA ESPERANÇA

■ « Que sonho raro
será mais puro e belo e mais profundo
do que esta viva máquina do Mundo?»

Bandeira Tribuzi,
SAFRA

■ «Tenho apenas duas mãos
e o sentimento do Mundo»

Carlos Drummond de Andrade,
SENTIMENTO DO MUNDO

Senhor Presidente
Senhor Secretário-Geral
Senhores Delegados

Tenho nos olhos o sofrimento do México.

Pousei naquela terra para ver a tragédia. Ver e levar a solidariedade do Brasil. Levar também o sentimento do Mundo.

Abro este discurso com a solidariedade mundial ao México.

Esta Tribuna impõe respeito e dignidade.

É a mais alta na comunidade das nações, onde grandes e pequenos ficam menores, porque maior é a carga da história do gênero humano exercida pela tarefa que é o barro do seu trabalho — a Paz —, pelos problemas que a desafiam, pelo esforço de transformar discordâncias em solidariedade.

Há quarenta anos tem o meu País, o Brasil, o privilégio de abrir o Debate-Geral da Organização das Nações Unidas.

É com trêmula emoção que exerço essa prerrogativa.

Pesam-me graves problemas, responsabilidades imensas.

História

Poesia

Recorro a versos do maior poeta de minha terra para definir minha comoção. A poesia não é incômoda nem anacrônica no cenário dos grandes debates:

«Que tempos de viver-se!»

«..... Que sonho raro
será mais puro e belo e mais profundo
do que esta viva máquina do Mundo?»

*Sentimento do
Mundo*

É com esse sentimento do Mundo que falo em nome de uma das maiores nações do Globo, complexa e pujante sociedade, a oitava economia do Ocidente, país de contrastes e de grandezas: o Brasil dos vários brasis, em que a opulência e a pobreza, o árido e o fértil, a seca e a inundação fazem uma geografia de amostragens opostas, abrigando num vasto continente um povo unificado que soube construir uma democracia racial e uma unidade de cultura que é a força invencível do seu destino.

Homem simples, nasci e vivi numa das regiões mais castigadas da Terra, o populoso e pobre Nordeste brasileiro.

Percorro há trinta anos uma carreira política, mas foi no bojo de uma tragédia e espanto, de forma abrupta e inesperada, que assumi a chefia da Nação.

Identificação

Presidente da República, orgulho-me de ser um escritor em que o gosto da palavra não confinou o espírito na expressão da obra estética. Dela fiz um elemento de identificação profunda com o povo, para viver os anseios do Homem e da sociedade.

A literatura e a política são vertentes a obrigar uma visão social e humanista do Universo. Não posso conceber a busca das con-

quistas materiais sem um substrato do espírito que possa dar à aventura humana a dimensão das coisas eternas.

Tenho fê, e malsinado o homem que tiver vergonha de pensar na Terra sem a companhia de Deus.

O Brasil acaba de sair de uma longa noite. Não tem olhos vermelhos de pesadelo. Traz nos lábios um gesto aberto de confiança e um canto de amor à liberdade. Quem é prisioneiro do passado não enxerga o futuro. Moisés não ficou de costas para a Terra da Promissão.

O instrumento de nossa viagem do autoritarismo para a democracia foi a capacidade de conciliar e de entender, sem violência e sem traumatismos.

*Coragem e
resignação*

Nossa determinação, coragem e resignação foram tão fortes que suportamos a perda de nosso herói, Tancredo Neves, na noite em que clareavam os nossos céus em festa os fogos da vitória. O nosso sofrimento foi transformado em força e obstinação para fazer do seu sonho o nosso sonho, e não nos dispersarmos.

Mais forte do que a morte foram os valores da mudança. Estes valores projetamos no campo das classes sociais, abolindo distâncias e barreiras, numa patriótica convivência de todas as correntes de idéias, na busca do ideal efetivo de justiça, de conciliação e da consolidação institucional do poder civil.

Consideramos que a visão do social é a própria seiva do liberalismo moderno: a liberdade que se ocupa com as condições reais de

vida, com a realização completa da felicidade individual, com a universalidade das franquias e do direito de ser livre.

Homenagem

Estou nesta tribuna para homenagear as Nações Unidas, no seu aniversário de 40 anos. O Brasil esteve no seu nascimento, está agora, estará no futuro, para defender o espírito da Organização. Esse espírito não é servir como arma dos fortes, mas como a voz dos fracos. Dos que não têm exércitos, nem arsenais, nem veto a impor ou a anular decisões.

Coerência

Estou aqui para dizer que o Brasil não deseja mais que sua voz seja tímida. Deseja ser ouvido sem aspirações de hegemonia, mas com determinação de presença. Não pregaremos ao Mundo o que não falarmos dentro de nossa fronteira. Estamos reconciliados. A nossa força passou a ser a coerência. Nosso discurso interno é igual ao nosso chamamento internacional. E desejamos, agora, revigorar, com redobrada afirmação, nossa presença no debate das nações. Uma política externa independente dinâmica e voltada para a solução das questões internacionais de conteúdo social.

Não seremos prisioneiros de grandes potências nem escravos de pequenos conflitos.

*Exploração
colonial*

Há quarenta anos, nossos fundadores estabeleceram, sobre os estertores da guerra e as ruínas da opressão, os fundamentos do edifício da paz, o concerto das nações e a ilimitada cooperação entre os povos. As potências da Terra e os países emergentes foram convocados a liquidar a exploração colonial. Proclamaram ao Universo o valor dos

princípios democráticos de igualdade e justiça. Condenaram o racismo e a intolerância. Legitimaram o direito universal à saúde, ao bem-estar e à educação. Reafirmaram a dignidade do trabalho e o poder aprimorado da cultura.

Hoje, tendo vivido sem guerra generalizada o dobro do tempo que a Humanidade viveu entre um e outro conflito mundial, podemos dizer que o papel da ONU nem sempre foi reconhecido; seu desempenho quase nunca foi suficiente. Porém sua ação, longe de ter sido inútil, foi, é e continuará a ser necessária.

Os seus fundadores estavam certos!

Senhor Presidente,

Saudação

Em nome do Brasil, saúdo Vossa Excelência por sua expressiva eleição para a Presidência da Quadragésima Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas. Congratulome com os representantes dos Estados-membros aqui reunidos, que comemoram quatro décadas na vida ativa desta Egrégia Organização. Dirijo meus sinceros cumprimentos ao Senhor Secretário-Geral, Embaixador Javier Pérez de Cuéllar, de cujo talento e experiência diplomática nós os latino-americanos tanto nos orgulhamos.

Senhor Presidente,

*América
Latina*

É natural que minha primeira abordagem seja a América Latina. América Latina cujo esforço extraordinário de criar uma ordem democrática é o mais surpreendente e comovedor fato político ocorrido nestes anos, e que passa indiferente aos olhos descuidados

do centro do poder mundial. Poucos examinam o amadurecimento institucional da região, o drama e a conquista. Sem ajuda e envolvimento, temperados apenas com a força de convicções, enfrentamos a ameaça da tentação totalitária e a ganância dos que só vêem com os olhos da exploração. Saímos sincronizados, num movimento solidário, para a floreação de instituições livres. Optamos, como um todo, em caráter irreversível, pelo trinômio: sociedade aberta, instituições livres, economia dinâmica. É com base nessa triplice definição democrática que exercitaremos o diálogo, procuraremos ser a ponte entre o Oriente e o Ocidente, o Norte e o Sul, velhas e novas culturas, regimes e ideologias.

*Ponte sobre
o abismo*

Gandhi, o Mahatma, disse que a verdadeira missão do homem da lei é lançar uma ponte sobre o abismo que separa os adversários. A ONU é a lei; nós somos homens dessa lei.

Há ventos novos em nosso Continente, que revigoram a nossa tradição democrática, refletida em compromissos que antecedem a criação da ONU.

Assim é que somos paladinos do princípio da autodeterminação dos povos e do dever de não-intervenção, da solução pacífica de controvérsias, da distensão nas relações Leste/Oeste, refratários ao antagonismo agudo da política de blocos, defensores do primado da negociação sobre as perigosas demonstrações de força.

Com espírito democrático militamos, há tantos anos, pelo desarmamento, e recusa-

mos, por precária, violenta e irracional, a idéia de uma paz sustentada pelo equilíbrio dos arsenais atômicos.

O Brasil acredita que não há tergiversação possível face a esses ideais, nem qualquer concessão que admita sua suspensão, em qualquer nível, em nome do que quer que seja!

Anti-racismo

E é também por fidelidade ao credo universalista da democracia que somos anti-racistas. Profunda, entranhada e intransigentemente anti-racistas.

O Brasil, Senhores, é um grande país mestiço que se orgulha de sua identidade. Várias das mais altas expressões criadoras da nossa cultura provieram da mescla racial, da mútua fertilização das etnias. A maior e mais completa sensibilidade literária que produzimos até hoje — Machado de Assis — era um mestiço. Como mestiços foram, nas artes plásticas, o grande escultor barroco, o Aleijadinho, e, na música, o universal Villa-Lobos. Recordo o quanto o Brasil deve, na sua cultura popular, ao gênio negro e ao espírito ameríndio.

No Brasil, a discriminação racial não é só ilegítima — é ilegal, é crime previsto nas leis penais. Por isso nos repugna a recrudescência do conflito racial ditado pela intolerância racista, ou a persistência de configurações coloniais. Reitero solenemente nossa total condenação do *apartheid* e nosso apoio sem reservas à emancipação imediata da Namíbia, sob a égide das Nações Unidas.

Não concebemos que a ONU comemore sua idade da razão sem uma ofensiva em regra contra os resíduos do racismo na Terra.

Como Presidente do meu País, renovei há poucas semanas a proibição de exportar petróleo e derivados, armas e munições, licenças e patentes para a África do Sul, bem como suspendi as atividades de intercâmbio cultural, artístico ou desportivo com o Governo de Pretória.

O racismo é contra a Humanidade e contra o futuro.

O racismo, um colonialismo diferente, amoral e perverso, não pode manchar a página de ouro da descolonização.

*Desco-
lonização*

Mais do que as hecatombes dos conflitos mundiais, mais do que o confronto estéril da Guerra Fria, a descolonização ficará como a grande contribuição do Século XX à História da Humanidade.

O êxito da descolonização foi fruto de uma vontade internacional. Esse caminho, a busca de soluções consensuais, há de permitir superar a frustração que hoje sentimos diante dos desafios da corrida armamentista, da multiplicação de tensões e conflitos.

Senhor Presidente,

*Direitos
humanos*

Os direitos humanos adquirem uma dimensão fundamental, estreitamente ligada à própria prática da convivência e do pluralismo.

O mundo que os idealizadores da Liga das Nações não puderam ver nascer, e cuja edificação ainda esperamos, é um mundo de respeito aos direitos da pessoa humana, que

as Nações Unidas procuram promover através dos Pactos Internacionais de Direitos Humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é, sem dúvida, o mais importante documento firmado pelo Homem na História contemporânea. E ela nasceu no berço das Nações Unidas.

Tortura

Com orgulho e confiança, trago a esta Assembléia a decisão de aderir aos Pactos Internacionais das Nações Unidas sobre Direitos Cíveis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e à Convenção contrá a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Com essas decisões, o povo brasileiro dá um passo na afirmação democrática do seu Estado e reitera, perante si mesmo e perante toda a comunidade internacional, o compromisso solene com os princípios da Carta da ONU e com a promoção da dignidade humana.

Direitos da Mulher

Nessa tarefa, destaco a promoção dos direitos da Mulher, que no Brasil acaba de ganhar impulso com a criação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher. A decisiva participação da Mulher na transformação por que passa a sociedade brasileira articula-se, em nível mundial, com o extraordinário movimento de afirmação feminina, cujo impacto vem renovando em profundidade as relações humanas deste fim de século.

Vontade conjunta

Estamos numa encruzilhada das muitas que marcaram estes 40 anos de existência da ONU. Os povos percebem que as concessões feitas às realidades do poder são uma avenida de uma só mão. Apenas a vontade conjunta

da maioria pode recompor, numa atitude nova, o panorama emoliente criado pela confrontação e pelos mecanismos do poder.

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

«Nem tudo é Este ou Oeste nas Nações Unidas. O Mundo possui outros pontos cardeais», dizia há 22 anos, o Embaixador Araújo Castro, representante do Brasil nesta Assembléia-Geral. O Brasil reconhece nas relações internacionais muitos aspectos negativos, mas procura perceber o Mundo de uma perspectiva rica e multifacetada.

Perspectiva

Exploremos este tempo para a cooperação e a ciência; nele, as naturais diferenças não são empecilho para a convivência. Os espaços celestes sempre foram a imagem mais pura da paz. Preservemos os infinitos céus como fronteira que as armas não devem violar.

Os brasileiros acreditam em valores como o respeito à individualidade de cada país e a responsabilidade solidária perante os impasses e dilemas deste fim de século.

Responsabilidade solidária

Vemos com aflição que inúmeros conflitos afetam países em desenvolvimento, paralisando esforços de progresso. Esses conflitos agravam as difíceis condições criadas pela persistência de uma ordem internacional injusta e colocam mais distante o ideal de paz e segurança. A transferência, para o cenário de muitos desses conflitos, de temas do choque Leste/Oeste agrega um elemento poderoso de dilaceração e mascara suas verdadeiras causas.

Temos exemplos à nossa volta.

O Brasil junta-se aos demais países

latino-americanos para proclamar a necessidade urgente de uma solução política, duradoura e estável, para os embates que rasgam a América Central.

Contadora

Por essa razão, devota o Brasil todo o seu apoio à iniciativa de Contadora, que traz o sentimento da América Latina na busca de uma solução que preserve a paz e o entendimento no Continente e corresponda à vontade dos povos centro-americanos.

Meu governo juntou-se a três países irmãos na criação do Grupo de Apoio a Contadora, para traduzir em providências concretas o amplo respaldo que aquela iniciativa vem recebendo.

O caráter político e profundamente ético de Contadora é a resposta latino-americana às teses da confrontação; é um amparo ao diálogo onde existe radicalização; é um convite à negociação onde existe a ameaça do uso de força; e é uma vigorosa defesa da autodeterminação e da não-ingerência contra as tentativas de internacionalização do conflito.

Oriente Médio

O Brasil sente-se ligado por laços de grande amizade a todos os povos do Oriente Médio. A sociedade brasileira consterna-se com o clima desolador do Líbano e reconhece o direito de todos os povos do Oriente Médio, inclusive Israel, de viver em paz, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas. Deseja ver concretizada a criação de um Estado nacional palestino, aspiração deste sofrido e grande povo, a evacuação dos territórios árabes ocupados e o acatamento das Resoluções das Nações Unidas sobre a região.

Ligado ao Irã e ao Iraque por laços de amizade e cooperação crescente, o Brasil exorta esses dois países a encaminharem suas divergências pela via pacífica e negociada.

Preocupam-nos o Afeganistão e o Câmpuchéia. Não haverá fim para a violência nesses países enquanto persistir a presença de tropas estrangeiras e não forem reconhecidos expressamente os direitos de seus povos à livre manifestação de sua vontade.

Malvinas

É nosso dever ainda exigir visão e postura construtivas sobre a questão das Malvinas. Desde 1833, o Brasil apóia a justa reivindicação argentina da soberania sobre as Ilhas Malvinas, encarecendo uma solução negociada como única forma de resolver o problema.

O Brasil fará todos os esforços que estiverem a seu alcance para preservar o Atlântico Sul como área de paz, afastada da corrida armamentista, da presença de armas nucleares e de qualquer forma de confronto oriunda de outras regiões.

Tlatelolco

Desnuclearização

Firmemente empenhado no esforço de proscrever as armas nucleares do Continente, o Brasil assinou e ratificou o Tratado de Tlatelolco, cujo objetivo pioneiro foi transformar a América Latina na primeira zona desnuclearizada em território habitado pelo Homem. A desnuclearização da América Latina deve ser o primeiro passo de um novo impulso para deter a acumulação vertical e horizontal das armas nucleares, liberando-se o milhão e meio de dólares desperdiçados cada minuto pela corrida armamentista para o combate à fome, à doença, à ignorância e à miséria.

A maratona armamentista é uma síndrome do mal que ameaça a lucidez, um hiato negro da consciência humana.

*Ciência e
Tecnologia*

Vivemos uma nova Revolução Científica que, a cada momento, transforma o Mundo sob nossos olhos. Dominar os avanços que se sucedem vertiginosamente nos setores de ponta da Ciência e da Tecnologia passou a ser questão vital de sobrevivência. No plano de trabalho a que a ONU deve dedicar seus próximos anos, temos de inserir uma estratégia para que o Mundo não se fragmente em blocos tecnológicos fechados, mas coloque o conhecimento técnico e científico a serviço das necessidades básicas de todos os homens.

Senhor Presidente,

*A Grande
Ameaça*

Estes são os problemas visíveis. Mas há um outro, maior, que permeia as relações internacionais e que insidiosamente ameaça a todos, pobres e ricos. Os pobres, pela desestabilização; os ricos, pela insegurança; e todos pelo desmoronamento, se a nossa postura for de imobilidade.

Desejo falar do problema econômico, que concentra sua virulência no Terceiro Mundo, em particular na América Latina.

Esmagados sob o peso de enorme dívida externa, vivem os países da região um quadro de graves dificuldades, cujas repercussões internas se traduzem em recessão, desemprego, inflação, aumento da miséria e violência. Apanhados por uma conjugação viciosa de fatores econômicos — alta dos juros internacionais, queda dos preços dos produtos primários e seletividade de mercados nos países desenvolvidos — enfrentamos uma crise só

comparável à que atingiu as economias de mercado no início dos anos trinta.

*Dívida
externa*

A carga da dívida externa impõe uma política econômica voltada para obtenção de saldos comerciais destinados ao pagamento dos juros. Os organismos internacionais propõem políticas de ajustamentos inadequados. Essa rota conduz à recessão, ao desemprego e à renúncia da capacidade de crescer. Essa política debilita as lideranças civis, torna explosiva a crise social, ameaça as instituições, compromete a ordem e, conseqüentemente, é uma ameaça às estruturas democráticas. Para aumentar nossas dificuldades, os mercados dos países desenvolvidos fecham-se às nossas exportações. Multiplicam-se as barreiras protecionistas e somos injustamente acusados de práticas desleais de comércio.

*Política
inadequada*

Protecionismo

Confunde-se mesmo o protecionismo com que se procura cercar setores obsoletos dos países desenvolvidos com o legítimo direito dos países em desenvolvimento de criarem condições propícias e transitórias para a instalação de indústrias nascentes que absorvam tecnologias modernas indispensáveis à sustentação do nosso crescimento, exercendo, assim, a nossa soberania e independência.

*Ameaça e
inadimplência*

É o paradoxo é que todo nosso esforço se faz, justamente, para transferir divisas para os mesmos centros que nos atacam e discriminam. Vivemos assim entre a ameaça do protecionismo e o fantasma da inadimplência.

Fazemos um esforço extraordinário para competir. Nossas empresas exportam com escassos lucros e nossa mão-de-obra recebe bai-

xa remuneração. É triste confessar que o nosso salário-mínimo é de 50 dólares mensais.

Para completar o quadro de nossas dificuldades, temos a obrigação de manter uma balança comercial superavitária para pagar, em quatro anos, juros de cerca de 50 bilhões de dólares.

Esta é a situação de um país que tem potencialidades, uma pauta diversificada de exportações que vai de produtos primários a derivados de petróleo, produtos industrializados, máquinas e até aviões. Podemos avaliar o impacto destes fatores em outros países sem as nossas condições.

Alerta

Nossa tradição é cumprir os compromissos externos. Mas temos o dever de alertar o Mundo de que o quadro existente tem que ser reestudado. Necessita de outro ordenamento. Porque é injusto. E tudo o que leva o germe da injustiça, do absurdo, não sobrevive.

Exortação

O Brasil não deseja fazer da dívida uma questão ideológica, não deseja que ela se transforme num tema de confrontação Norte/Sul, Leste/Oeste. O Brasil é um país de arraigados ideais cristãos e ocidentais. Nós acreditamos que em qualquer lugar do Mundo em que a liberdade de iniciativa entrou em colapso, a liberdade desapareceu. Acreditamos no poder criativo da economia de mercado, através da competição. Assim, não nos move, ao denunciar esta ordem, qualquer motivação política. Desejamos única e exclusivamente defender os nossos mais sagrados interesses. E esse dever nós o cumprimos, exortando a comunidade internacional a procurar conosco

a solução. E essa solução não pode ser exclusivamente a das leis de mercado.

Senhor Presidente,

Ao final da Segunda Guerra Mundial, as potências vitoriosas tiveram a compreensão de que era essencial à paz a criação de um reordenamento internacional disciplinado, que regulasse as relações econômicas e financeiras entre as Nações.

Fundamental para a instituição dessa ordem econômica foi a percepção de que a reconstrução da Europa era indispensável para a estabilidade e para a própria segurança internacional. O êxito do programa de reconstrução da Europa demonstra a capacidade de realização dos projetos de cooperação entre as nações, quando concebidos com uma visão ampla de reciprocidade dos interesses e uma consciência clara da ligação entre os problemas políticos e os econômicos.

*Criação e
renovação*

Vivemos hoje uma situação que reclama, novamente, visão criativa e renovadora. Os pilares da ordem vigente encontram-se desgastados e obsoletos. É necessário que se discutam medidas concretas para adequar a ordem econômica internacional às realidades de hoje.

Depois da prosperidade, quando veio a recessão, passou a reinar mais a selva predatória de Hobbes do que a fecunda anarquia harmoniosa de Adam Smith.

O endividamento da América Latina não é mais um problema de caráter regional, tal o seu impacto na estabilidade dos mecanismos financeiros do mundo ocidental. A consciência desse problema levou à formação do Con-

Cartagena senso de Cartagena, manifestação solidária dos países latino-americanos mais afetados pelo problema da dívida externa, em busca de uma solução pela via do diálogo e do entendimento.

Dimensão política É imperioso, do ponto-de-vista latino-americano, que a crise do endividamento seja negociada em sua dimensão política. Agora, como há quarenta anos, é preciso que os governos dos países credores conscientizem-se da ocorrência de uma situação excepcional, cuja solução transcende a simples ação das forças econômicas.

Ao conclamar os líderes das nações industrializadas a uma ação política concentrada para solucionar o problema dos débitos externos, faço-o com a serenidade de um país que não tem medido esforços para cumprir com rigor seus compromissos internacionais.

Temos feito um esforço gigantesco. Mas, mesmo a persistir nossa trajetória atual de crescimento, somente em 1990 teremos recuperado a renda *per capita* que já havíamos alcançado em 1980.

Limite Nosso povo chegou ao limite do suportável. É impossível exigir sacrifícios adicionais de uma população depauperada como a nossa. Ao contrário, temos que garantir aos brasileiros que as oportunidades de emprego estarão aumentando nos próximos anos.

Nossa vulnerabilidade à elevação das taxas de juros internacionais é tão alta que todo o resultado acumulado vai desmoronar se taxas escorchantes voltarem a ser praticadas.

Maiores serão as dificuldades para formarmos uma sociedade liberal e pluralista, se

Direito

não mantivermos e ampliarmos nossos contatos com o Exterior. A crise da dívida externa, no entanto, vem forçando nossa economia a um processo de isolamento e de autarquia, a traduzir-se em possibilidades mínimas de importação e em ligações débeis e insatisfatórias com o mercado financeiro internacional. Não desejamos o isolamento e a autarquia, temos o direito de esperar de nossos parceiros internacionais formas equitativas e justas de cooperação, que aceitem democraticamente uma partilha concreta de responsabilidade. Não podemos ficar apenas na retórica do ajustamento da economia, supondo que o sacrifício é tudo que deve fazer um devedor do Terceiro Mundo para equacionar suas contas externas. Esta visão estreita esquece estarmos tratando de populações que têm direito a um padrão sério de sobrevivência e de países com legítimas aspirações nacionais. Ou conscientizamo-nos de que a solução da dívida externa é uma tarefa conjunta de credores e devedores, ou arriscamo-nos a atear fogo no barril de pólvora que ameaça o Continente.

Esse quadro justifica o caldeirão social da América Latina, indefesa diante das seduções messiânicas e demagógicas, do canto das ideologias totalitárias e presa a uma injusta situação, fruto de erros acumulados no passado.

É um milagre que o clarão que ilumina a América Latina, neste instante, seja o facho da liberdade e da democracia e não o da convulsão.

*Crescer sem
recessão*

A posição do Brasil está tomada. A dívida não nos leva à dúvida. Optamos por cres-

cer sem recessão, sem nos submetermos a ajustamentos que signifiquem renúncia ao desenvolvimento.

O Brasil não pagará a dívida externa nem com a recessão, nem com o desemprego, nem com a fome. Temos consciência de que, a pagar essa conta, com estes altos custos sociais e econômicos, teríamos em seguida de abdicar da liberdade, porque débito pago com miséria é conta paga com a democracia.

Assim, desejo afirmar com toda a seriedade e firmeza: não há solução fora de uma reformulação profunda das estruturas econômicas internacionais.

Paz Por último, Senhor Presidente, devo falar da paz, o ideal maior do Homem.

Mas, o que é a paz?

Será somente a ausência da guerra, da guerra entre as nações, da guerra entre os homens? Ou a paz é algo mais transcendental que significa a libertação do Homem de todas as formas de violência, de todos os seus conflitos?

Acredito que deva ser um estado de espírito interior projetado pelo Homem como uma conduta para todas as nações. Mas realisticamente sabemos que passarão muitas gerações, antes de essa viagem chegar a esse porto.

Paisagem do nosso tempo É diferente a realidade que nos sustenta. A matéria de nosso trabalho é a dura paisagem de nosso tempo: a paisagem da violência, dos egoísmos, da retaliação, da dependência, do atraso, da servidão, da guerra nuclear, das

doenças, da fome, do desnível cultural, dos atentados ecológicos, da poluição, do terrorismo, da ganância, da exploração.

*Povo livre não
faz guerra*

A paz de hoje ainda não é paz, é a dissimulação da guerra. O primeiro caminho da paz é a liberdade. E a organização política da liberdade é a democracia. Os povos livres não se guerreiam; não haverá guerra entre povos democráticos que decidem do seu próprio destino sem a submissão a autoritarismos pessoais e a fanatismos ideológicos.

*ONU, paz
e democracia*

Guerra e democracia, guerra e liberdade são termos incompatíveis. Clausewitz assinou que só existiria guerra quando existissem estados soberanos. Da mesma forma, podemos afirmar que prevalecem as soluções pacíficas e consensuais quando existem nações livres e democraticamente desenvolvidas, instituições permanentes, poderes funcionando, povo decidindo. Assim, a melhor maneira de a ONU trabalhar pela paz é trabalhar pela democracia. Nós do Brasil temos esse exemplo. Saímos do conflito pela democracia. No dia em que o povo sentiu que ele decidia, não decidiu pela violência. Decidiu pelo diálogo, pela negociação.

*Responsabilidade
solidária*

Estamos chegando ao fim do Século. A tarefa das Nações Unidas tem sido a de administrar conflitos circunstanciais. É hora de reagirmos com vigor a esse papel residual, restituindo à Organização as prerrogativas e direitos que decorrem da responsabilidade solidária de todos os povos em matéria de paz e segurança. A prioridade da quinta década de vida da ONU deve ser um programa de revitalização com os seguintes objetivos:

— contribuir para superar as tensões da renovada confrontação bipolar entre os dois blocos de Poder;

— criar uma nova ordem econômica inspirada no desenvolvimento e na justiça social;

— explorar todo o potencial de negociação da Organização para encaminhar soluções aos conflitos regionais que se multiplicam no Terceiro Mundo;

— recuperar uma função central nas negociações para a redução, controle e eliminação de armamentos, com ênfase nos de maior poder destrutivo.

Mas a liberdade não se esgota no exercício de um bem político. No bem-estar de cada um de nós está embutida uma grande dívida social, uma dívida moral com todas as populações pobres do Mundo inteiro que participam do gênero humano a quem chamamos de irmãos, mas que tratamos como se não o fossem.

*Sentido
da liberdade*

O sentido da liberdade, para o homem contemporâneo, não é somente a ausência de coerção ou de interferência. É a perspectiva de uma vida feliz, para si e para os seus. Daí a concepção de liberdade que se preocupa concretamente com as condições reais da vida livre e se esmera em promover a mais ampla igualdade de oportunidade. O homem moderno é alguém que vivencia no presente o sonho de Jefferson: a procura, pessoal e coletiva, da felicidade.

A equalização de oportunidades é o alimento da liberdade social, para que o mercado sirva aos homens em vez de os homens serem servos do mercado. Sem diversidade de

valores e múltiplas formas de vida não viceja a liberdade, que se estiola no privilégio e se afoga na opressão.

Senhor Presidente,

Churchill e Roosevelt, em Hyde Park, pouco antes da criação da ONU, tiveram um diálogo. Perguntou Roosevelt como a paz poderia ser assegurada. Respondeu Churchill:

— Com a aliança anglo-americana.

Ponderou Roosevelt:

— Não. É com a melhoria das condições de vida em todo o Mundo.

Para que haja paz, repito, tem de haver democracia e liberdade. Liberdade contra a fome.

*Liberdade
contra a fome*

O Mundo não pode ter paz enquanto existir uma boca faminta em qualquer lugar da Terra, uma criança morrendo sem leite, um ser humano agonizando pela falta de pão. O século que virá será o século da socialização dos alimentos. A imagem da Mater Dolorosa dos desertos africanos nos humilha. Os alimentos não podem continuar sendo apenas mercadorias especulativas das bolsas. A ciência e a técnica estão aí, através da engenharia genética, anunciando uma nova era de abundância. A Humanidade, que foi capaz de romper as barreiras da Terra e partir para as estrelas longínquas, não pode ser incapaz de extirpar a fome. O que se necessita é de uma vontade mundial, é de uma decisão sem vetos. É urgente um plano de paz pela extinção da fome.

*Socialização
dos alimentos*

*Extinção
da fome*

O Brasil, que vive o paradoxo de ser grande produtor de alimentos, enquanto luta para eliminar de seu território os bolsões de fome, está disposto a participar com entusiasmo de um esforço de mobilização da comunidade internacional para eliminar esse flagelo antes do fim do Século. Este desafio poderá ser a oportunidade para que a ONU e suas agências superem o descrédito do multilateralismo, demonstrando sua eficácia e validade.

Para isso, o Homem tem que ter uma visão humanista da política, senão ele só enxergará e só semeará misseis e ogivas nucleares.

A conquista dos mares deu ao Homem o humanismo renascentista.

A conquista do Cosmo amplia nossa vista para uma solidão infinita. O Mundo ficou maior e menor. Temos de ser solidários nesta viagem em que todos os homens estão condenados à grande sedução da vida. O novo humanismo deve estar centrado na solidariedade e na paz. A paz só existe com a liberdade; a liberdade, com a democracia; e a democracia, quando olharmos pelos segregados, pelos famintos, pelos desempregados. Quando amarmos, nas nações pobres, as regiões mais pobres; nas nações ricas, os homens pobres; nas nações mais pobres, os mais pobres homens.

Há quarenta anos trabalhávamos sobre os escombros claros de uma guerra; hoje devemos trabalhar para evitar os escombros da guerra anônima que é a fome.

A miséria é negação da vida.

Esta a grande missão do Homem: transformar a vida, transformando o Mundo. Estamos avistando o Século XXI.

*Sedução
da vida*

*Transformação
da vida,
do Mundo*

Olhemos os novos tempos com olhos de amor à Natureza, com olhos de caçadores de sonhos.

Tenhamos a coragem de proclamar: liberdade e paz são o fim da miséria, da fome.

Pequeno glossário
de nomes, instituições
e fatos citados
no discurso do
Presidente
José Sarney
na ONU

AFEGANISTÃO — País da Ásia Central, limitado a oeste pelo Irã, ao norte pela URSS e ao sul e leste pelo Paquistão. Área: 650.000 km²; tem 14.200.000 habitantes. Capital: Cabul, com 380.000 hab. Produtor de lã.

ÁFRICA DO SUL (também dita República Sul-Africana) — País da África austral, banhado a oeste pelo Oceano Atlântico, a leste pelo Índico, limitando-se também com Moçambique e a Suazilândia, ao noroeste está a Namíbia e ao norte Zimbábue e Botsuana. Área: 1.221.037 km²; cerca de 30 milhões de habitantes. Capital: Pretória (administrativa) e Cidade do Cabo (legislativa). Tem um rebanho de 31 milhões de ovinos. Extrai cerca de 700t de ouro (58% da produção mundial).

ALEIJADINHO (Antônio Francisco Lisboa) — Arquiteto e escultor brasileiro. Nasceu em 1738 em Ouro Preto, Minas Gerais, onde morreu em 1814. Um dos representantes mais originais do barroco colonial brasileiro. En-

tre outras obras, destacam-se, de sua autoria, as fachadas da Igreja de São Francisco (Ouro Preto), da Capela do Carmo (Sabará) e de São Francisco (São João del-Rei) e as estátuas dos Profetas e os Passos da Paixão, na Igreja de Bom Jesus de Matozinhos (Congonhas do Campo).

APARTHEID — Sistema político e social da África do Sul, que estabelece, legalmente, distinções entre os direitos políticos e civis dos habitantes, em função de sua raça. No *apartheid*, apenas os brancos são cidadãos no sentido pleno da palavra, podendo votar e ser votados e ter acesso a determinados cargos de direção, por exemplo. Os negros, mestiços e habitantes de origem hindu têm a sua vida regulada por uma série de leis que limitam as suas liberdades, como, por exemplo, de locomoção, de casamento, de moradia, de representatividade política, de acesso a cargos de direção, etc. A ONU condenou o *apartheid*, recomendando uma série de sanções

internacionais ao Governo sul-africano.

ARAÚJO CASTRO (JOÃO AUGUSTO DE) — Diplomata e pensador brasileiro (1919-1975), foi Chanceler do Governo João Goulart, Embaixador do Brasil junto à ONU e junto ao Governo dos Estados Unidos, entre outros postos diplomáticos que ocupou. Eminentemente analista das relações internacionais, defendeu em diversas conferências no Brasil e no Exterior e em muitos artigos e discursos a idéia de que as mudanças por que passou o mundo do pós-guerra exigiam profundas reformulações nas relações entre as Nações e na própria estrutura das Nações Unidas. Foi um dos idealizadores do conceito de «segurança econômica coletiva», que o Brasil lançou para substituir os desgastados conceitos de segurança estratégica, cujas conseqüências, segundo Castro, eram o congelamento do poder mundial nas mãos de um pequeno número de países e de uma desenfreada corrida armamentista destinada a manter um precário equilíbrio de terror entre as superpotências. Castro foi também um ativo defensor da descolonização e da diplomacia posta a serviço do desenvolvimento.

ARMAMENTISMO — Corrida armamentista. É o crescimento sistemático dos arsenais militares, principalmente os de natureza nuclear, dos Estados Unidos e da União Soviética. O armamentismo nuclear iniciou-se em 1949, quan-

do a URSS passou a ter também a bomba atômica. Hoje a discussão sobre o armamentismo nuclear envolve não apenas a posse de artefatos nucleares, mas também os mísseis que os transportam, o crescimento quantitativo e qualitativo das armas nucleares e a expansão da corrida armamentista em direção ao espaço exterior.

AUTODETERMINAÇÃO — Princípio do direito internacional consagrado como um dos catorze pontos propostos pelo Presidente norte-americano Wilson para alcançar uma paz «sem vencedores nem vencidos» ao final da Primeira Guerra Mundial. Consiste em reconhecer que cada povo tem o direito de dispor de si mesmo e escolher o seu destino, organizando-se em um Estado nacional que deve ser respeitado pela comunidade internacional. O princípio orientou os acertos territoriais na Europa do entre-guerras e todo o movimento da descolonização depois de 1945. Está também na base do princípio da não-intervenção.

BANDEIRA TRIBUZI (José Tribuzi Pinheiro Gomes) — Poeta, jornalista, economista. Nasceu em São Luis do Maranhão em 1927; morreu na mesma cidade, em 1977. Sua poesia é elaborada, em tom solene e temática existencial. Enquadrou-se na chamada «geração de 45». Obras: *Rosa da Esperança*, *Safra*, *Pele e Osso*, *Breve Memorial do Longo Tempo*, etc.

CAMPUCHÉIA (REPÚBLICA POPULAR DO) — Antigo Camboja, país do sudeste asiático, vizinho do Vietnã. Antiga colônia francesa, independente em 1954. Tem cerca de 7 milhões de habitantes. Capital: Phnom Pen. O País foi invadido em 1979 por tropas vietnamitas, que ajudaram a depor o Governo do Khmer Vermelho, que hoje domina uma parte do país e integra uma coalizão reconhecida internacionalmente como a legítima representante do povo cambodjano na ONU.

CARTA DA ONU — Instrumento constitutivo da Organização, que estabelece os princípios que a orientam (manter a paz e a segurança), a sua estrutura (que compreende o Conselho de Segurança, a Assembléia-Geral, o Conselho Econômico e Social, o Secretariado e outros órgãos) e os modos pelos quais a Organização atua. Consta de 111 artigos, aos quais se soma o Estatuto da Corte Internacional de Justiça, órgão jurídico do sistema das Nações Unidas. A carta foi assinada em São Francisco, em maio de 1945, por 51 Estados. O número de seus signatários, hoje, é de cerca de 160 Estados.

CLAUSEWITZ, Karl von — General e teórico militar prussiano. Nasceu em 1780; morreu em 1831. Foi diretor da Escola de Guerra, em 1818, e influenciou o pensamento militar ocidental através de seus cursos e de sua obra, intitulada *Da Guerra*.

CHURCHILL, Winston Leonard Spencer — Político inglês. Nasceu em 1874 e morreu em 1965. Levantou os europeus contra o perigo nazista. Sustentou com determinação a luta e a resistência dos ingleses contra o Eixo.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER (CNDM) — Criado pela Lei nº 7.353, de 29-8-85, visa a promover ação política destinada a suprimir as discriminações motivadas pela condição feminina, garantir à Mulher a liberdade e a igualdade de direitos e assegurar-lhe plena participação nas atividades econômicas, políticas e culturais do Brasil. Inclui-se na estrutura orgânica do Poder Executivo, vinculado ao Ministério da Justiça; tem autonomia administrativa e financeira e compõe-se de um Conselho Deliberativo, uma Assessoria Técnica e uma Secretaria-Executiva. Seu órgão mais importante é o Conselho Deliberativo, composto de 17 membros e 3 suplentes. O CNDM formula diretrizes, desenvolve ação política de governo, promove a fiscalização e mantém canais permanentes de relação do Estado com os movimentos femininos e grupos autônomos de defesa e proteção da condição feminina.

CONSELHO DE CARTAGENA — Grupo de discussão e coordenação política sobre a questão da dívida externa, integrado por 11 países (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Peru, República Domini-

cana, Uruguai e Venezuela). Foi oficializado em junho de 1984, em reunião celebrada em Cartagena de Índias, Colômbia, à qual compareceram os Ministros das Relações Exteriores e da Fazenda dos países integrantes do Grupo. Seu principal objetivo é realizar um trabalho de coordenação entre os membros e de persuasão junto aos Governos dos países credores, procurando sensibilizá-los para os inúmeros aspectos políticos e sociais envolvidos na questão do endividamento externo. O Grupo tem mantido contato com os dirigentes dos países desenvolvidos e procura incrementar o intercâmbio de experiências, informações e pontos-de-vista entre os seus integrantes. Não se trata de um «clubes dos devedores», mas de um foro de coordenação e de negociação.

CONTADORA (GRUPO DE)

— Grupo composto pela Colômbia, México, Panamá e Venezuela, cujos Chanceleres se reuniram, pela primeira vez, em janeiro de 1983, na ilha panamenha de Contadora, com o objetivo de procurar, junto com os países da América Central, uma solução pacífica e negociada para os conflitos que afetam aquela região. O objetivo da iniciativa é chegar a um acordo geral que permita eliminar as tensões na área. Para esse fim, o Grupo de Contadora propôs aos países da América Central a assinatura de um acordo sob a forma de Ata Final, que engloba com-

promissos de ordem econômica, política e de segurança (aspectos militares).

CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES — Aprovada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 1984, conta com a assinatura de 30 países, inclusive o Brasil. Tem por objetivo qualificar a tortura como delito na legislação dos Estados-partes, garantir a sua proibição e prevenção, inclusive por meio de medidas educativas e estabelecer normas para a punição dos torturadores.

DEBATE-GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS — Debate que se realiza anualmente nas sessões plenárias da Assembleia-Geral das Nações Unidas, com início em setembro e término em dezembro de cada ano. Sua agenda engloba inúmeros temas internacionais e é preparada pelas diversas comissões da Assembleia-Geral, que funcionam antes do início do debate-geral e paralelamente ao seu desenvolvimento. Por tradição iniciada no momento da fundação da ONU, o Brasil é o país que inaugura o Debate-Geral.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM — Assinada em 1948 nas Nações Unidas, consta de 30 artigos de caráter exortativo que definem os direitos individuais, civis e políti-

cos do Homem e orientam a ação dos Estados e dos indivíduos para a sua promoção e proteção. Entre os principais direitos ali assinalados, constam: a liberdade, a vida, a segurança, a igualdade, a proteção contra a discriminação, a proibição da escravidão, da servidão, da tortura e das penas cruéis ou degradantes, a liberdade de circulação, o direito a uma nacionalidade, ao asilo em caso de perseguição injusta, à liberdade de pensamento, de expressão, de culto e de associação, o direito à participação no Governo e ao acesso aos cargos públicos, a educação básica gratuita, a propriedade individual ou coletiva, o direito de livre escolha dos governantes pelo voto, etc.

A Declaração e os Pactos de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais constituem a «Carta Internacional dos Direitos do Homem», das Nações Unidas.

DESARMAMENTO — Iniciativa gerada nas Nações Unidas, com grande participação dos países em desenvolvimento, com vistas a diminuir o perigo de uma conflagração atômica, evitar a proliferação de armas nucleares e reduzir progressivamente, até a supressão total, o número de armas atômicas. O principal foro sobre o desarmamento é a Conferência sobre o Desarmamento, sediada em Genebra. As principais negociações são feitas entre os Es-

tados Unidos e a União Soviética, que em 1963 assinaram uma Convenção de Proscrição das Experiências Nucleares na Atmosfera e no Solo e Subsolo Marinhos.

DESCOLONIZAÇÃO — Movimento político internacional que visou a conduzir as colônias europeias na África do Sul, Ásia e América Latina à independência. Iniciou-se logo após a Segunda Guerra, com a independência da Índia e do Paquistão, e estendeu-se pelas décadas seguintes, com grande impulso a partir de 1960, ano em que a ONU aprovou a Resolução 1514 sobre a outorga da independência aos países e povos coloniais. Hoje, são poucos os territórios que ainda se encontram em situação colonial: o mais notório é o da Namíbia, ocupada ilegalmente pela África do Sul (ver Namíbia). Com a descolonização, o número de países independentes cresceu de cerca de 60, em 1945, para cerca de 160, em 1985.

DESNUCLEARIZAÇÃO — Esforço para promover a redução e a supressão dos armamentos nucleares. Ver armamentismo e desarmamento.

DIREITOS DA MULHER — Prerrogativas jurídicas, de índole constitucional e legal, que assistem à Mulher, como pessoa individual, política e social. A condição feminina não pode ser causa de exclusão ou tratamento discriminatório pelo Estado ou por particulares. São direitos da Mulher as

liberdades civis, políticas e sociais asseguradas pela Constituição nos artigos 147, 148, 153 e 165, respectivamente. A Constituição é a fonte superior dos direitos da Mulher e o instrumento de tutela da condição feminina.

DIREITOS HUMANOS — São direitos individuais, civis, políticos e outros, que vêm sendo incorporados a textos legais e declarações desde a Revolução Francesa (1789). Referem-se principalmente à liberdade e à igualdade entre os homens, à promoção da dignidade humana, à valorização da vida e do trabalho, à participação política e à melhoria das condições de vida. Ver Declaração Universal dos Direitos do Homem.

DISCRIMINAÇÃO RACIAL

— Comportamento político ou social que expressa ou disfarçadamente nega ou reduz direitos e oportunidades a determinadas pessoas em razão de sua origem racial, que se mostra pela cor da pele, pela língua, pelos costumes ou pela religião. Muitas vezes, a discriminação racial se conjuga à xenofobia, que é a repulsa pelo estrangeiro. A discriminação racial pode assumir formas definidas, como é o caso do *apartheid* praticado na África do Sul, ou manifestar-se em atos, julgamentos ou expressões que marcam o desprezo ou a repulsa pelas pessoas de uma raça diferente daquela que possui a pessoa que pratica a discriminação. Ver *apartheid*.

DÍVIDA EXTERNA — Em dezembro de 1984 a dívida externa brasileira totalizava 99,8 bilhões de dólares, sendo 91,1 bilhões de médio e longo prazo e 8,7 bilhões de curto prazo, decorrente basicamente de operações de financiamento de comércio exterior.

A dívida de médio e longo prazo inclui 60,6 bilhões de dólares devidos a bancos estrangeiros, 7,5 bilhões de dólares a agências de bancos brasileiros no Exterior e 23,0 bilhões de dólares a instituições não-bancárias, como, por exemplo, o FMI, 4,0 bilhões; entidades internacionais, 5,7 bilhões; e agências de governos estrangeiros, 6,2 bilhões de dólares.

GANDHI, Mohandas Karamchand — Homem público, filósofo e humanista indiano. Nasceu em Purbandar, em 1869; morreu assassinado em Nova Délhi, em 1948. Defendeu ferrenhamente a doutrina da não-violência ativa (o **Ahimsa**) como ação política. Participou ativamente das negociações que levaram à independência da Índia. Ganhou o título de **Mahatma** (alma grande).

GRUPO DE APOIO A CONTADORA — Grupo formado a 28 de julho de 1985 pela Argentina, Brasil, Peru e Uruguai, com a finalidade de oferecer aos países de Contadora (ver Contadora) a colaboração que for julgada útil para prosseguir nos esforços de paz que esse Grupo realiza na América Central.

GUERRA FRIA — Antagonismo entre os sistemas ideológico, político, econômico-social e militar dos Estados Unidos e da União Soviética, a partir de 1947, praticamente dividiu o Mundo em dois blocos até o início da década de 1960. A Guerra Fria se caracterizou pelo rígido controle das superpotências sobre suas respectivas áreas de influência, pelo surgimento de conflitos regionais, como a Guerra da Coreia (1950-53), por uma acirrada corrida armamentista e pela multiplicação de tensões, sem chegar, entretanto, ao choque armado. Com a reconstrução da Europa e do Japão, o impasse da crise dos mísseis em Cuba (1962), a descolonização e a crescente presença dos países não-alinhados no cenário mundial, a Guerra Fria encaminhou-se progressivamente para a busca de negociações entre as duas superpotências que culminou com a era da **détente** (distensão), no início dos anos 70. A realidade mundial de hoje sobretudo nos campos político e econômico não permite mais falar em «Guerra Fria», embora em certos campos se reencontrem elementos da confrontação dos anos 50, especialmente no domínio das armas nucleares e seus vetores, onde ainda persiste o predomínio dos EUA e URSS.

HOBBS, Thomas — Filósofo inglês, nascido em Westport (1588); morreu em Hardwick (1679). Sua obra principal, *Leviatã*, de 1651, prega o sensualismo, o utilitaris-

mo e o despotismo.

IRÃ — País da Ásia ocidental, limitado ao norte pela URSS, a leste pelo Afeganistão e o Paquistão, a oeste pelo Iraque e a Turquia e ao sul pelos Golfos Pérsico e de Omã. Área de 1.648.000 km²; tem 42.500.000 habitantes. Cerca de 80% da população vive da pecuária e da agricultura. O petróleo é a principal riqueza do país (cerca de 270 milhões de toneladas por ano). Capital: Teerã (4.500.000 hab.).

IRAQUE — País da Ásia ocidental, limitado ao norte pela Turquia, a oeste pela Síria e a Jordânia, a leste pelo Irã e a Arábia Saudita e o Coveite. Área de 440.000 km²; tem 14.500.000 habitantes. Capital: Bagdá, com 3.200.000 habitantes. O petróleo (110.000.000 t por ano) é a grande riqueza do país.

JAVIER PÉREZ DE CUÉLLAR — Peruano, nascido em 1920, eleito Secretário-Geral da ONU em 1981, pela Assembléia-Geral, por recomendação do Conselho de Segurança. É jurista e diplomata de carreira, tendo servido na Embaixada do Peru no Brasil. É o primeiro latino-americano a ocupar o cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas.

JEFFERSON, Thomas — Jurista, pensador político, nascido em 1743; morreu em 1826. Terceiro presidente dos Estados Unidos. Autor da Declaração da Independência.

dência. Seu idealismo humanitário exerceu profunda influência em seus contemporâneos.

JUROS (EM 4 ANOS, CERCA DE 50 BILHÕES DE DÓLARES)

— Em face do elevado nível do endividamento externo brasileiro e das elevadas taxas de juros vigentes nos mercados financeiros internacionais, o País pagou de 1982 a 1985 um total de 46 bilhões de dólares de juros ao Exterior.

Pagamentos de Juros	US\$ bilhões
1981	10,3
1982	12,6
1983	10,3
1984	11,4
1985 (Previsão)	12,0

LESTE/OESTE (CONFLITO)

— Disputas de natureza política, ideológica e estratégico-militar entre os Estados Unidos e União Soviética e seus respectivos blocos militares (OTAN e Pacto de Varsóvia). Refere-se à oposição que existe entre o mundo capitalista (o Oeste) e o mundo socialista (o Leste) e às manifestações concretas dessa oposição em conflitos regionais, na corrida armamentista, na disputa por área de influência, etc.

LÍBANO — País do Oriente Médio. Limita-se ao norte e ao leste pela Síria, a oeste pelo Mar Mediterrâneo e ao sul por Israel. Área de 10.400 km²; cerca de

2.600.000 habitantes. Capital: Beirute (700.000 hab.). A agricultura ocupa mais de 50% da população.

LIGA DAS NAÇÕES (1919-1946) — Primeira organização multilateral de caráter internacional, foi instituída pelo Tratado de Versalhes (1919), que estabeleceu a paz ao final da Primeira Guerra Mundial. Compunha-se de um Conselho Permanente, uma Assembléia-Geral e um Secretariado e tinha por objetivo preservar a paz, garantir a inviolabilidade das fronteiras e fazer respeitar o direito de autodeterminação dos povos. Baseando suas decisões na regra da unanimidade, que equivalia a conceder poder de veto a todos os seus membros, a Liga das Nações não foi capaz de evitar os crescentes abusos de poder que culminaram com o início da Segunda Guerra. O Brasil foi membro-fundador da Liga, dela tendo-se retirado em 1926, em protesto por não estar em exigência no Conselho. A Liga é também conhecida por Sociedade das Nações (SDN).

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria — Romancista, cronista, poeta, nascido no Rio de Janeiro em 1839; morreu na mesma cidade, em 1908. Seus romances, escritos em estilo límpido e puro vernáculo, analisam a alma humana. Autor de *Dom Casmurro*, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, *Quincas Borba*, *Páginas Recolhidas*, *Memorial de Aires*,

Histórias da Meia-Noite, Contos Fluminenses, Crisálidas, etc.

MALVINAS (ILHAS) — Arquipélago localizado no Atlântico Sul, em frente da costa da Patagônia, fazia parte do território argentino até 1833, quando foi ocupado pela força pela Grã-Bretanha. A Argentina, desde então, reivindica a soberania sobre o arquipélago, que tem cerca de 1.800 habitantes de origem britânica, chamados «Kelpers». A partir de 1965, as Nações Unidas exortaram as partes a negociar a disputa sobre as Ilhas, no quadro da descolonização. A guerra ocorrida em 1982 paralisou as negociações e levou a Argentina e a Grã-Bretanha a romperem relações diplomáticas. A ONU tem reiterado o apelo às partes para resolver, pela via pacífica e negociada, a questão.

NAMÍBIA — Antigo território da África do Sudoeste, rica em minerais, a Namíbia é hoje ocupada pela África do Sul, que ignora as resoluções da ONU sobre a sua independência e que declararam, desde 1971, a ilegalidade da ocupação sul-africana. A SWAPO, movimento de libertação nacional da Namíbia, é reconhecida internacionalmente como legítima representante do povo namíbio. O Brasil apóia a independência da Namíbia sob a égide das Nações Unidas.

OITAVA ECONOMIA DO OCIDENTE — De acordo com dados publicados pelo Banco

Mundial, o Brasil é o oitavo país do mundo ocidental em termos de produção e comercialização de bens e serviços, estimada em torno de 245 bilhões de dólares. Supera, inclusive, alguns países desenvolvidos como por exemplo a Suécia, a Suíça, a Holanda, além de outros países como o México, a Índia e a Argentina.

ORIENTE MÉDIO — Área de importância estratégica devido à sua posição geográfica de ponte entre os continentes da Europa, Ásia e África e por possuir as maiores jazidas petrolíferas conhecidas. Até a 1.ª Guerra Mundial, pertenceu ao antigo império otomano ou turco, caindo depois sob a esfera de influência da Grã-Bretanha e, em menor grau, da França (Siria e Líbano). Os países da região afirmaram sua autonomia após a 2.ª Guerra Mundial. A criação em 1948 do Estado de Israel acarretou uma reação árabe que levou a 4 guerras na área em 1948, 1956, 1967 e 1973. Entre os problemas do Oriente Médio, sobressaem a questão palestina, a ocupação de territórios árabes por Israel, o reconhecimento ao direito de Israel de existir dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas, a guerra civil no Líbano e a guerra Irã-Iraque.

PACTO INTERNACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS — Aprovado pela Assembléia-Geral das Nações Unidas em 1966, entrou em vigor em 23 de julho de

1967, ao completar 35 ratificações ou adesões. Conta hoje com mais de 80 ratificações ou adesões (mais da metade dos Estados-Membros da ONU). Refere-se aos direitos consignados na Declaração Universal dos Direitos do Homem (ver) e a outros, como o direito à autodeterminação e o direito das minorias étnicas, religiosas e lingüísticas de preservarem suas crenças e expressarem-se em sua língua materna. A adesão ao Pacto torna a observância desses direitos um dever do Estado, ao contrário da Declaração, que tem um efeito exortativo, e sujeita-o a certo grau de supervisão internacional da sua observância desses direitos.

PACTO INTERNACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS — Aprovado pela Assembléia-Geral da ONU em 1966, entrou em vigor em 3 de janeiro de 1976, após a trigésima-quinta adesão. Conta hoje com pouco mais de 80 adesões ou ratificações. Estende a outros domínios os direitos contidos na Declaração Universal de Direitos do Homem (ver), para abranger, entre outros, o direito ao trabalho, à associação, à formação de sindicatos, à educação, à previdência social e à participação na vida cultural.

A adesão ao Pacto sujeita o Estado-parte a certo grau de supervisão internacional da sua forma de observar esses direitos.

PRETÓRIA — Sede administrativa da África do Sul. Tem 600.000 habitantes. Cidade fundada em 1855, tem universidade, é centro metalúrgico e produtor de diamantes.

PROTECIONISMO COMERCIAL — O protecionismo comercial adotado pelos diversos parceiros comerciais do Brasil tem prejudicado sensivelmente as exportações brasileiras criando dificuldades ao pagamento do serviço da dívida externa. São as seguintes as principais formas de protecionismo:

- imposição de tarifas (sobretaxa) criando obstáculo à entrada de mercadorias que tenham ou possam ter similar nacional;
- sistemas de cotas fixando quantidades máximas de importação em termos absolutos em relação à produção ou ao consumo interno;
- imposição de preços mínimos para fins de taxação das mercadorias importadas sem levar em conta o preço real de custo ou de importação;
- exigências de padrão de qualidade elevada ou sanitárias;
- proibição temporária de toda e qualquer importação e dificuldades burocráticas como prova de origem da mercadoria.

Algumas exportações brasileiras têm sofrido restrições que, na prática, se configuram pela exclusão

do Sistema Geral de Preferência, fixação de cota, investigação de subsídio e dumping, incidência de imposto de exportação e direito

compensatório. Os preços de exportação dos produtos brasileiros têm sofrido elevada redução conforme indicam os índices da FGV:

EXPORTAÇÕES

(índice de preços)

	Geral	Produtos não industrializados	(índices de quantum)
1977	100	100	100
1984	91	60	234

RENDA PER CAPITA — Ainda de acordo com dados do Banco Mundial a renda per capita brasileira em 1983 era de 1.890 dólares,

sensivelmente inferior à dos principais países de Produto Nacional Bruto mais elevado do que o Brasil, a saber:

	PNB	PNB Per capita
EUA	3.292.340	13.160
Japão	1.204.270	10.100
RFA	702.440	11.420
França	568.690	10.390
Reino Unido	505.610	9.050
Itália	357.570	6.350
China	301.840	290
Canadá	300.400	12.000

ROOSEVELT, Franklin Delano — Estadista norte-americano. Nasceu em 1882 e morreu em 1945. Foi o 32º presidente dos Estados Unidos. Notabilizou-se com o **New Deal**, um programa econômico e social contra a crise do início dos anos 30, e pelo empe-

nho na luta contra o totalitarismo nazi-facista.

SALÁRIO-MÍNIMO — O atual salário-mínimo, em vigência no País a partir de 1º de maio do corrente ano e que deve sofrer reajuste em novembro, é de Cr\$ 333.120. À taxa média de câmbio vigente de

maio a outubro (Cr\$ 6.566), esse valor equivale a cerca de 50 dólares.

SEGUNDA GUERRA MUNDIAL — Conflito que, de 1º de setembro de 1939 a 2 de setembro de 1945, opôs os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) aos Aliados (França, Inglaterra, Estados Unidos, China e URSS), e que conflagrou dezenas de países e atingiu praticamente o mundo inteiro, direta ou indiretamente.

SMITH, Adam — Filósofo e economista escocês, nascido em Kirkcaldy (1723); morreu em Edimburgo (1790). Seu livro *Pesquisas sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações* (1776), é o primeiro grande tratado do capitalismo liberal.

TERCEIRO MUNDO — Expressão que designa o conjunto dos países em desenvolvimento, isto é, todos os países que não pertencem ao chamado grupo de países industrializados de economia capitalista ou ao chamado grupo de países socialistas industrializados. Embora apresentem algumas diferenças entre si, os países do Terceiro Mundo reúnem uma série de características que os identificam no plano internacio-

nal: apresentam grandes desníveis sociais e regionais, têm problemas de saúde, educação e bem-estar das populações; têm economias frágeis, muito vulneráveis a flutuações da economia mundial; têm problemas no campo, baixa renda per capita e nível de poupança interna reduzido. O fato de que alguns desses países têm uma indústria crescente não lhes retira muitas dessas outras características.

TRATADO DE TLATELOLCO — Assinado em 1967, na sede da Chancelaria mexicana (Tlatelolco), proíbe a instalação, fabricação e trânsito de armas nucleares na América Latina, declarando a região uma zona desnuclearizada. Não entrou ainda em vigor por não reunir o número suficiente de adesões.

VILLA-LOBOS, Heitor — Compositor brasileiro, nascido em 1887, na Cidade do Rio de Janeiro, onde morreu em 1959. Formação, em grande parte, de autodidata. Fundou em 1943 um conservatório para canto coral e em 1945 uma academia de música, no Rio. Autor de *Bachianas Brasileiras*, *Choros*, além de sinfonias, concertos, quartetos e peças para violão e piano solo.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
COLEÇÃO CINCO PONTOS
VOLUME 3